

## OS CONTRAPONTO AO MODELO UNASUL

Rogério Pereira de Campos<sup>1</sup>

**Resumo:** A UNASUL é um modelo de integração regional não somente econômico, sobretudo político, social e de cooperação e trânsito de mercadorias e pessoas. A tomada de decisões sobre tal grandioso projeto demanda tempo e debates, aos quais alguns países não clamam aguardar seus resultados. Dessa forma, surge a Aliança do Pacífico com metas econômicas mais alinhadas a um perfil neoliberal, com resultados mais significativos e imediatos para os membros. Busca-se uma análise sobre a ruptura ou aspecto secundário da participação dessas nações em ambos cenários.

**Palavras-chave:** UNASUL; Aliança do Pacífico; Política Internacional.

**Abstract:** UNASUR is a regional integration model not only economic, but specially political, social and cooperation and trades and person transit. The take of decisions about this huge project requires time and discussions, which some countries don't awaiting their results. Thus arises the Pacific Alliance with economic goals on a neoliberal profile, with significant immediate results for members. Search up an analysis about disruption or secondary aspect on nations participation in both scenarios.

**Keywords:** UNASUR; Pacific Alliance; International Politics.

Neste artigo faremos uma breve abordagem sobre os desafios da UNASUL frente outros acordos e blocos presentes na América do Sul, com especial enfoque sobre a Aliança do Pacífico (AdP) pela sua dinâmica no aspecto econômico. A relutância do MERCOSUL em aceitar novos membros, a inércia política multilateral da CAN e as divergências econômicas entre os países do subcontinente abriram espaço para novos tratados e cria uma resistência ao projeto da UNASUL.

A Aliança do Pacífico foi criada com a presença de Chile, Colômbia, México e Peru com a perspectiva de acelerar acordos econômicos de livre comércio e também aproximar estes países dos grandes mercados do oceano que carrega seu nome (Ásia e costa oeste dos EUA). A agenda de debates é considerada mais enxuta em relação aos

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais - UNESP campus de Araraquara – Faculdade de Ciências e Letras, departamento de Ciências Sociais. E-mail: [rogerio\\_fclar@yahoo.com.br](mailto:rogerio_fclar@yahoo.com.br)

outros blocos da América Latina, porém exigindo a liberação das taxas de importação desde o momento de ingresso no acordo. Atualmente cerca de 90% dos produtos são comercializados com tarifa zero entre os países e o bloco possui um PIB de US\$ 2,8 trilhões, equivalente a 60% do PIB da UNASUL <sup>2</sup>.

É preciso destacar os diferentes processos de integração ao qual se está observando aqui neste trabalho. CAN e MERCOSUL sempre almejaram se tornar uma união aduaneira, com quebra de barreiras alfandegárias e maior liberalismo econômico entre os países membros. Neste aspecto das relações econômicas podemos destacar uma atuação mais agressiva e objetiva da Aliança do Pacífico, porém devemos analisar o real impacto destas políticas para cada país do novo bloco. Em relação a UNASUL, é difícil colocar em conflito os interesses deste com a Aliança, onde as pretensões e agenda política da primeira são muito mais extensas e inclusivas em relação ao modelo adotado pela AdP.

Podemos abordar também a presença de dois países Sul-americanos (Chile e Peru) na Trans Pacific Partnership (TPP) que conta com a presença de EUA, Japão e Canadá, com uma economia de um terço do PIB mundial. Apesar de ainda não estar em pleno funcionamento, o impacto de adesão de países Sul-americanos no Oceano Pacífico é considerável. Ainda assim, isso não os afasta da inclusão no processo da UNASUL. Existe uma delimitação muito clara aqui em termos comparativos, tanto a AdP como a TPP trazem benefícios através do comércio externo, em estruturas macro econômicas que não interferem em questões pontuais. Já a UNASUL busca criar políticas comuns para os países da região visando o desenvolvimento interno, em um modelo inclusivo de integração.

Para Vacas Fernández (2013), a UNASUL passa por um processo germinativo atualmente, partindo do modelo proposto pelo MERCOSUL, ampliando seu espectro para a UNASUL e em caso de sucesso, ampliando e absorvendo toda a América Latina e o Caribe em um único bloco, porém sem incluir os Estados Unidos ou o Canadá. Para o autor, a disparidade econômica presente nestes países em relação ao Sul é um fator mais negativo do que positivo, pois quanto maior a disparidade no bloco mais difícil de se homogeneizar as condições dos países membros e crescer de forma consistente.

---

<sup>2</sup> Fonte: USA: The 2014 World Factbook USA, CIA, 2014. Op. Cit.

Em uma comparação superficial, podemos ver esse problema ocorrer atualmente na União Européia (UE), modelo similar ao que almeja a UNASUL em seu pleno funcionamento. A falta de nivelamento econômico entre os países membros trouxe benefícios para algumas regiões, principalmente provedoras de matérias primas, porém outras nações tiveram suas economias solapadas dentro de um sistema monetário supervalorizado (com atrelamento ao marco alemão), com investimentos artificiais no início do processo e posterior endividamento e inflacionamento destas economias. A falta de homogeneização financeira construiu esse desnivelamento que gera atualmente instabilidade em toda a zona do euro, a ponto de se debater a ruptura com o projeto de moeda única no bloco. Este é um problema que seria similar em um grande bloco de todo o continente americano, onde as possibilidades do dólar tornar-se a moeda única e consequente inflacionamento da maioria das economias das regiões mais pobres.

No atual momento, o grande debate que ocorre na UNASUL é a forma de participação de cada país nas decisões do bloco e a importância de uma agenda comum para debater os problemas a serem enfrentados internamente. Ao analisarmos o MERCOSUL podemos notar um grande problema que precisa ser superado que é a polarização de ações entre as duas maiores nações e o poder de decisão destas dentro do bloco do cone sul. Argentina e Brasil, em defesa de suas economias e interesses, buscam políticas protecionistas e acordos bilaterais dentro do MERCOSUL que prejudica os membros menores, como Paraguai e Uruguai e desconfigura sua proposta de modelo econômico inclusivo. Esse tipo de política polarizada cria uma resistência política na região, o que dificulta o debate pelo pleno funcionamento da UNASUL. Porém, traz um outro complicador, ao pensarmos que participando da AdP estariam se libertando dessas amarras, porém temos neste também a presença do México, com uma economia somente inferior a do Brasil na América Latina.

Ao analisarmos os dados da AdP em comparação ao MERCOSUL veremos poucas mudanças na estrutura econômica, onde o México representa na aliança mais de 50% da economia (US\$ 1, 834 trilhão, dos US\$ 3,1 trilhões do bloco), assim como o Brasil participa em aproximadamente 50% dos valores do MERCOSUL (US\$ 2 trilhões frente os US\$ 4 trilhões do bloco)<sup>3</sup>. Nessa comparação, não podemos argumentar sobre

---

<sup>3</sup> USA: The 2014 World Factbook. USA, CIA, 2014.

a hipótese sempre levantada de motivações sub-imperialistas que o Brasil possui sobre a América do Sul, por seu peso econômico e político no cenário mundial. Essa mudança de eixo seria apenas uma troca de submissão perante o México, com o agravante de não possuir dentro deste bloco outro país de forte economia (como o é a Argentina no MERCOSUL) para balancear a escala de poder.

Pensarmos que o simples fato do México não estar presente na América do Sul não anula sua interferência na política dos países dentro da esfera da AdP. Em caso de defesa de políticas que privilegiem sua economia, torna-se inviável argumentar que tal nação não irá usar de seu poder financeiro para pressionar os outros atores menores.

Outros autores argumentam que a construção e manutenção da AdP é um estratagema político em coordenação com os Estados Unidos para minar a influência que estaria sendo construída pela UNASUL que, em um cenário de total adesão da América Latina e Caribe traria uma libertação política e até mesmo uma rivalidade econômica em disputa com a grande potência mundial. Para alguns isso é uma teoria da conspiração da mais alta escala, porém há de se destacar os atores que participam desta reordenação político-econômica. Em primeiro lugar o México, grande economia com relações estreitas com os EUA, seja por dependência ou por cooperação, onde podemos destacar a importância deste para o país latinoamericano, destino de 78% de suas exportações em 2012<sup>4</sup>. Torna-se difícil não argumentar que exista uma influência política da grande potência no seu vizinho do Sul. Outro país que possui fortes ligações com os EUA é a Colômbia, principal localidade das bases estadunidenses na América do Sul e também a forte ligação em questão de defesa no caso das guerrilhas ligadas ao tráfico de drogas, como as FARC. Chile sempre foi um país de vocação à exportação, seja por sua limitação territorial ou pela necessidade de expandir o comércio pelo Oceano Pacífico, sendo a economia mais neoliberal do subcontinente e também por não pertencer oficialmente ao MERCOSUL. Apenas Peru possui interesses menos agressivos em relação a América do Sul, beneficiando-se com os acordos deste bloco e também com os acordos bilaterais que possui, principalmente com o Brasil, buscando diversificar sua economia exportadora.

Caballero (2012, p. 115) busca analisar o perfil da UNASUL:

---

<sup>4</sup> USA: The 2014 World Factbook. USA, CIA, 2014.

La UNASUR se inicia con ambicionas metas de integración política, financeira y en infraestructura, seguridad y solución de conflictos. Cuenta de partida con una membresía que agrupa a casi todos los países de la región. En lugar de construir la integración desde lo económico-comercial, busca iniciarla desde procesos subregionales existentes y con inéditos programas económicos y de seguridad.

Neste perfil traçado pelo diplomata paraguaio, vemos que a amplitude do debate da UNASUL está bem distante da AdP, sendo esta segunda um fator desestabilizador no cenário econômico da América do Sul, porém sem danos políticos diretos em um projeto amplo como o é a UNASUL. Para o diplomata, criou-se com isso uma zona de pressão para acelerar os debates de funcionamento da entidade, de forma que os países com maior dinamismo econômico poderiam se beneficiar frente as economias com maiores dificuldades no cenário internacional, vide exemplos como Bolívia, Equador e Paraguai.

Para Caetano (2012), o que existe é um clima de incerteza na política sul-americana, criando oscilações de participação de países da CAN em aliar-se ao MERCOSUL ou participar efetivamente da UNASUL, na busca de cenários econômicos mais dinâmicos. Porém, o ônus desta construção política é necessário para criar-se o benefício de um bloco integrador que busque corrigir seus problemas internos e criar uma área de livre circulação muito mais ampla do que um simples acordo econômico sem benefícios diretos para a mudança da estrutura sócio-econômica. Desta forma, mesmo sem a intenção, pode-se dizer que a AdP é um fenômeno inserido de forma indireta em um projeto muito maior que é a UNASUL, onde será incorporado no futuro se o modelo for bem sucedido na América do Sul.

As perspectivas de sucesso no subcontinente sul americano abre uma grande lacuna estratégica na questão não somente econômica, mas também política em todo o continente. Em uma análise de longo prazo, seria de grande interesse ao Caribe e a América Central se alinhar com a UNASUL, com benefícios diretos sobre a visibilidade no cenário mundial. O que poderia gerar uma problemática indireta na América do Norte, onde a mão de obra qualificada é suprida por trabalhadores destas regiões, assim

como empresas estadunidenses instaladas em territórios de baixo capital. Além disso, diminuiria o poder de influência deste frente os países da América Latina, que estariam fortalecidos por uma entidade representativa no cenário global.

O que precisa ser bem delineado e debatido é a agenda de construção deste bloco de forma clara e concisa entre todos os membros, visando a inserção e real participação de forma democrática e equitativa. Qualquer deturpação deste modelo, um dos principais temores dos analistas sobre o tema, pode conduzir um projeto ambicioso e autuista para um cenário criado pela Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA) ao final dos anos 1990. Mesmo sem a presença dos Estados Unidos neste processo, este é um fantasma presente e danoso, pois quebraria o grande projeto de constituição de uma sociedade com enfoque social para se transformar em um bloco meramente econômico, que beneficiaria em primeiro lugar as maiores economias em detrimento dos menores, além de sucateamento das estruturas menos competitivas.

Porém, para Ruvalcaba (2013, p. 225) a perspectiva de evolução é otimista e traz um panorama de consolidação que muitos aguardam:

Con sus progresos más recientes, es posible argumentar que la institucionalidad de la UNASUR ha evolucionado a una forma intergubernamental creciente y dinámico, asemejándose así mas al MERCOSUR que al tratado de libre comercio de América del Norte (TLCAN).

Apesar do otimismo propagado acima, devemos separar as propostas de cada bloco, onde TLCAN (leia-se NAFTA no original e de uso comum nas produções acadêmicas do tema) propõe-se a ser um tratado de livre comércio de mercadorias, com redução tributária visando estimular o comércio entre os membros, onde o MERCOSUL busca alcançar o status de união aduaneira com livre comércio entre os membros e a criação de uma política comercial comum dentro do bloco. Essa amplitude do segundo grupo trás o perfil necessário para a elaboração de um projeto de política comum intragovernamental. Da mesma forma, o modelo do NAFTA trouxe a inspiração para a AdP e o perfil de livre comércio dinâmico, que não compromete as políticas dos países envolvidos, porém possui alcance de mudanças institucionais bem limitados.

Na VI Reunião da AdP em Antofagasta no Chile, levantou-se o ponto conflitante com os interesses da UNASUL e dos projetos atuais da América do Sul, e também talvez o fator de freio para a rápida ascensão do bloco, que é a questão do livre trânsito de indivíduos. Neste ponto, a pauta política será dificultada num nível proporcional ao que enfrentam os países da UNASUL, pois existem inúmeros fatores de impacto que podem ocorrer aos diferentes países do grupo, a simples aceitação sem uma análise estratégica pode ser desastrosa. Esse talvez seja o calcanhar de Aquiles do novo bloco econômico, ao pretender expandir seu debate a esferas político-sociais e também um retrocesso aos países da América do Sul, sendo que este debate já se encontra em debate na região. O único que iria se beneficiar de um novo começo sobre políticas e pesquisas seria o México, além de render um atraso de meses indesejado a Chile, Colômbia e Peru.

Outro ponto que deve ser levado em conta é a questão histórica de problemas políticos presente entre os membros. Chile, Colômbia e Peru já foram inimigos no passado por diversas questões e fica pendente no imaginário destas sociedades a questão da rivalidade, principalmente o ressentimento existente no Peru contra o Chile desde a Guerra do Pacífico (1879-1883) e a perda de territórios econômicos importantes no período (o qual ficou conhecido por Guerra do Guano). Se por um lado México está livre destas rivalidades, por outro possui um histórico de violência entre narcotraficantes que deixa mesmo as FARC distantes em números. Segundo dados da Procuradoria Geral da República do México, entre 2006 e 2012 mais de 50 mil pessoas foram mortas por algum tipo de envolvimento com o tráfico de drogas, algo em torno de 27 mortes por dia <sup>5</sup>.

A busca por uma integração que seja mais do que econômica perpassa por um debate de difícil negociação, como o temos vistos na UNASUL e levantam problemáticas muito acima do que a economia. O livre trânsito de pessoas e mercadorias entre os países da AdP poderia abrir um precedente perigoso ao pensarmos na questão do narcotráfico e um fortalecimento de grupos guerrilheiros diretamente ligados a essas operações. Grande parte da cocaína comercializada pelos mexicanos para os EUA tem origem exatamente na Colômbia, o que abre um debate sobre

---

<sup>5</sup> Dados disponíveis em: <http://www.pgr.gob.mx/>

segurança regional enorme. Deste ponto de vista, somente a UNASUL possui um plano de contingência para essa problemática na figura do Conselho de Defesa Sul americano (CDS), o que mais uma vez coloca a AdP em inferioridade política no subcontinente.

Essa pressão econômica imposta ao MERCOSUL e particularmente ao Brasil como maior articulador do subcontinente traz em si também uma limitação, dentro da margem de capacidade de produção e competição dos membros da AdP. Alguns jornais e meios de comunicação fazem uma comparação simplista no intuito de minar as políticas internas do Brasil, como a mídia o faz desde que isso não esteja em sua planilha de interesses. Nenhum dos países que compõem hoje a AdP concorre com o Brasil diretamente em suas exportações para a Ásia, somente o México possui alguns produtos manufaturados similares aos brasileiros de inserção no oriente. O grande montante econômico dos países do MERCOSUL sempre foram as matérias primas e commodities, ponto fraco em geral de países como Chile e Peru.

Quase metade das exportações brasileiras para o mercado asiático é composto de soja, bovinos, aves e minério de ferro, produtos fora da pauta da AdP para concorrer, seja em espécie ou em quantidade. Somente Paraguai fica distante desta planilha de exportação, mas também não sofre pressão econômica. A disputa em bens de alto valor agregado também é pouco realista, sendo que os países do MERCOSUL exportam quase 70% destes seus produtos para África, Oriente Médio e mesmo dentro da América do Sul, e não para o Oriente. Talvez o caminho seja o inverso do que os demais membros da AdP imaginam, com o México tentando adentrar no comércio da América do Sul de forma competitiva e não nos mercados asiáticos, porém esta é uma pauta especulativa que não será explorada neste trabalho.

Na esfera cultural, a América do Sul também conta com uma maior proximidade desde o processo de independência até as relações geopolíticas regionais, como no caso dos Andes e também da região Platina. Pode não existir um facilitador político para a construção de um bloco comum, porém existe uma facilidade de aproximação efetiva da sociedade civil e menores barreiras nos costumes e hábitos gerais. Isto já é evidenciado dentro da própria CAN, onde se tornou um projeto viável muito antes dos debates iniciais do MERCOSUL (em 1969). Somado a isso, tem-se a forte relação com o Oceano Pacífico, assim como a região Platina o tem com o

Atlântico, criando um cenário global de localização estratégica. Ou como o diz Fernández (2006, p. 16):

El sujeto de la transformación de dimensión regional, que se encuentra comprendido en la noción de Pueblo tiene para cada país un contenido social diferente. Para que la integración sea desde los pueblos como tantas veces se declama, es necesario contemplar las aspiraciones reales de la sociedad de cada país, partiendo de su tradición pero considerando las variaciones culturales que ha desejado la modernidad.

Levando em conta este importante fator, podemos dizer que o México está muito mais próximo em suas relações tradicionais com os EUA do que com a América do Sul, seja pela geografia como pela política. Deve-se levar em conta também o fator de pressão estadunidense no continente americano, presente desde o século XIX por interesses diversos, principalmente econômicos como o demonstrou o projeto da ALCA e a criação de um futuro mercado consumidor privilegiado. Já denotamos que Colômbia possui um forte vínculo militar, econômico e político com os EUA, que também está presente no México. A AdP poderia ser uma via alternativa para o retorno da pauta do modelo ALCA ao continente, com inserção indireta nas relações recentes propostas pelo modelo da UNASUL. Esse tipo de desconstrução ideológica não é um conceito recente utilizado pelos EUA e não seria a primeira intervenção direta na política latinoamericana.

O contra-ataque da UNASUL e da estratégia política externa do Itamaraty foi lançado no Encontro entre os membros do MERCOSUL realizado no dia 28 de Julho de 2014 em Caracas. A proposta brasileira é de antecipar a tarifa zero na zona de comércio regional, rivalizando com a principal ferramenta da AdP. Estipula-se uma total liberação de tarifas para 2019, mas demonstra um claro movimento político para minimizar o impacto econômico na região. Outro fator que pode trazer os países vizinhos mais próximos ao projeto UNASUL é a balança comercial dos países membros da AdP com o Brasil. Citando reportagem da BBC Brasil do dia 28 de Julho de 2014:

Nos últimos anos o comércio do Brasil com a Colômbia aumentou 300%, com o Peru, 389%, e com o Chile, 200%, de acordo com dados oficiais. Esses números pesaram na hora de convencer o governo brasileiro a apostar na antecipação da liberalização total com os vizinhos.

Isso demonstra uma clara aposta não somente política, mas também econômica que o maior país da região está investindo nas relações bilaterais da América do Sul. Em um primeiro momento, pode haver um recuo na balança comercial brasileira, porém o benefício do bloco econômico como um todo pode trazer recompensas futuras, na ampliação e diversificação das exportações para o subcontinente.

Vale citar também o peso político-econômico que irá surgir com a criação e maior investimento dos países membros dos BRICS <sup>6</sup> para a América Latina, região considerada estratégica na obtenção de matérias primas e commodities. A criação do Banco do Sul e o aumento significativo de investimentos da China na região possuem um peso considerável nas decisões políticas futuras. A diversificação de financiamento traz uma nova perspectiva de investimentos em infraestrutura e energia independente das principais economias do mundo, através do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A mudança no eixo econômico e também uma maior independência traz um novo *profile* para a América Latina, com a possibilidade de fundos de financiamento diferenciados, entre eles o próprio Banco do Sul e outras entidades como a Cooperación Andina de Fomento (CAF), o Fondo Financiero para el desarrollo de los países de la Cuenca del Plata (FONPLATA) e mesmo entidades nacionais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil. A “domesticação” dos fundos de financiamento possibilitam projetos voltados diretamente às necessidades regionais, sem a necessidade do crivo de países externos. A mudança de eixos de desenvolvimento da IIRSA (atual COSIPLAN) perpassa justamente por essa mudança de financiamento.

O grande desafio ainda é a fragilidade institucional das entidades supranacionais diversas presentes na região. Desde a CAN e o MERCOSUL, passando

---

<sup>6</sup> Grupo dos principais países emergentes, cujas iniciais compõem a sigla: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

pela UNASUL, vemos poucos avanços oficiais para a consolidação de um poder político na América do Sul. Esse debate entre nações é a grande fronteira presente para o real avanço da UNASUL, a construção de um parlamento geral das nações, secretarias para tratar de questões regionais como segurança (no caso temos o funcionamento ainda precário do CDS), energia, infraestrutura (a cargo da COSIPLAN), desenvolvimento sustentável (onde a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica deveria trabalhar em conjunto com os membros da UNASUL), entre outros.

A real consolidação da UNASUL fica pendente diante da concretização das instituições, onde o funcionamento de forma supranacional, acima dos interesses de cada país e com metas definidas para toda a região traz o desafio (que deve ser enfrentado) para mudar o panorama da política e da sociedade sul americana. A Aliança do Pacífico interfere diretamente na UNASUL ou se torna um alicerce político na busca de acelerar sua consolidação? A participação dos países em diversos blocos e alianças fragiliza politicamente um projeto para a América do Sul? O MERCOSUL e a CAN são modelos superados ou podem compor uma base ideológica do que viria a ser a UNASUL? O balanço real destas questões só poderão ser analisadas em um futuro próximo, quando a AdP trouxer resultados concretos sobre as mudanças consolidadas pela sua aliança, ou então confirmar a aposta de fator catalisador da UNASUL.

Em um cenário mais concreto e realista, é possível sim apostar na UNASUL frente o projeto da Aliança do Pacífico, pela proximidade e composição geopolítica, cultural e social, além da diversificação econômica ocorrida nos últimos anos. A AdP é uma aposta de muito mais interesse do México do que aos países da América do Sul, onde a concretização deste frente a derrocada da UNASUL seria um fracasso maior que o sucesso a todos os países do subcontinente sul americano.

**Bibliografia:**

AMAYO ZEVALLOS, E. **O impacto da globalização na Amazônia e no Pacífico sul-americano**. In: AYERBE, L. F. (coord.). Integração latino-americana e caribenha. São Paulo, Imprensa Oficial, 2007.

ARAUJO, H. V. (Org.). **Os Países da Comunidade Andina**. 1ª ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, v. 1 e 2.

CABALLERO, B. H. S. El Paraguay y la integración sudamericana. In: Brasil. **A América do Sul e a integração regional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2012. 252 p.

CAETANO, G. Uruguay y Sudamérica: Mercosur, Unasur y los desafíos de una nueva inserción internacional. In: Brasil. **A América do Sul e a integração regional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2012. 252 p.

FERNANDÉZ, C. **La sociedad civil americana**. Argentina: NAC&POP, 2006.

IIRSA. Iniciativa para Infraestrutura da Região Sul Americana. Disponível em: < [www.iirsa.org](http://www.iirsa.org) >. Acesso em: 12/02/2014.

JARDIM, C. **Com tarifa zero, Brasil quer anular Aliança do Pacífico**. BBC Brasil, reportagem de 28 de Julho de 2014. Disponível em: < [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/07/140728\\_cupula\\_mercosul\\_cj\\_lab.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/07/140728_cupula_mercosul_cj_lab.shtml) >. Acesso em: 05/08/2014.

MEXICO. Procuradoria Geral da República del Mexico. Dados disponíveis em: < <http://www.pgr.gob.mx/> >. Acesso em: 28/04/2014.

RUVALCABA, D. E. M. La Unión de Naciones Suramericanas, Brasil y el Consejo de Defensa Suramericano: primeros logros en seguridad y defensa para la región. In: MEDINA NUÑES, I. **Integración, seguridad y democracia en América Latina**. México: ITESO – Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente, 2013. 276 p.

SADER, E. **Latinoamericana**. São Paulo: Boitempo, 2006. 1344 p.

USA: The 2014 World Factbook. USA, CIA, 2014.

VACAS FERNANDÉZ, F. **La dimension exterior de UNASUR: instrument de la acción concertada de los estados sudamericanos**. Madrid: Dykinson, 2013.